

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1
1.1 Estado e ordenamento: correlações históricas.....	3
1.2 Uma leitura constitucional do processo civil.....	9
1.3 Direito material e direito processual.....	11
CAPÍTULO 2 – FONTES	13
2.1 Fontes do direito processual.....	15
2.1.1 Jurisprudência	17
2.1.2 Doutrina	18
2.1.3 Súmulas	18
2.1.4 Precedente judicial	20
2.1.5 Norma jurídica: regras e princípios.....	23
2.1.6 Aplicação das normas processuais	26
2.2 O tempo e o lugar da norma processual.....	27
2.3 Interpretação das normas processuais	29
2.3.1 O método literal ou gramatical	31
2.3.2 Método exegetico (apelo ao espírito do legislador).....	32
2.3.3 Método histórico (apelo ao espírito do povo; apelo à neces- sidade).....	32
2.3.4 Método comparativo (a análise de outros sistemas jurídi- cos).....	32
2.3.5 Método teleológico (Interpretação a partir dos fins)	33
2.3.6 Método lógico-sistemático	33
2.3.7 Há critérios hierárquicos de interpretação?.....	33
CAPÍTULO 3 – DAS NORMAS FUNDAMENTAIS	37
3.1 Sistema processual.....	39
3.2 O sistema cooperativo de processo.....	42
3.2.1 Isonomia.....	45
3.2.2 Adequação	46
3.2.3 Juiz natural.....	47
3.2.4 Contraditório.....	49
3.2.5 Inafastabilidade	50
3.2.6 Publicidade.....	52

3.2.7	Fundamentação	52
3.2.8	Razoável duração dos processos	54
3.2.9	Boa-fé objetiva	55
3.2.10	Primazia de julgamento do mérito	56
CAPÍTULO 4 – AS FUNÇÕES DO ESTADO		59
4.1	As funções do Estado	61
4.2	A função jurisdicional	61
4.3	Espécies de jurisdição	65
4.4	Jurisdição privada: meios paraestatais de resolução de conflitos	66
4.5	Arbitragem	66
CAPÍTULO 5 – O MAGISTRADO		71
5.1	O magistrado	73
5.2	Prerrogativas	74
5.3	Responsabilidade política	74
5.4	Dos limites da jurisdição nacional	76
CAPÍTULO 6 – COMPETÊNCIA		79
6.1	Conceito	81
6.2	Fontes	81
6.3	Classificação	82
6.4	Critérios de fixação da competência	85
6.5	Competência absoluta e relativa	86
6.6	Causas de modificação da competência	88
6.6.1	Foro de eleição	88
6.7	Conflito de competência	90
CAPÍTULO 7 – AÇÃO		93
7.1	Introdução	95
7.2	Teorias	95
7.2.1	Teoria da ação como direito abstrato	96
7.2.2	Teoria eclética	97
7.3	Conceito de ação	97
7.4	Características	100
7.5	Os diferentes planos da ação	100
7.6	Elementos da ação	101
7.6.1	Partes	101
7.6.2	Causa de pedir	102
7.6.3	Pedido	104
7.7	Conexão e continência	104
7.8	Classificação das ações	106

CAPÍTULO 8 – PROCESSO.....	109
8.1 Introdução.....	111
8.2 Teorias.....	111
8.3 Conceito e natureza jurídica	112
8.4 Objeto do processo.....	113
8.5 Características.....	114
8.6 Pressupostos processuais	115
8.6.1 Considerações gerais.....	115
8.6.2 Pressupostos subjetivos	116
8.6.2.1 Capacidade de ser parte.....	116
8.6.2.2 Órgão investido de jurisdição	117
8.6.3 Pressupostos objetivos	117
8.6.3.1 Ato inicial da relação processual.....	117
8.6.4 Plano de validade: requisitos de admissibilidade	118
8.6.4.1 Legitimidade para a causa	118
8.6.4.2 Legitimidade para o processo	121
8.6.4.3 Capacidade processual dos cônjuges	123
8.6.4.4 Sucessão processual: partes e procuradores	124
8.6.4.5 Substituição processual.....	125
8.6.4.6 Capacidade postulatória.....	125
8.6.4.7 Competência do órgão	126
8.6.4.8 Imparcialidade.....	126
8.6.4.9 Requisito objetivo intrínseco	127
8.6.4.10 Respeito às exigências formais.....	127
8.6.4.11 Interesse de agir.....	128
8.6.4.12 Requisito objetivo extrínseco	129
8.6.5 Sujeitos da relação processual.....	130
8.6.5.1 O Estado-juiz	130
8.6.5.2 Auxiliares da justiça	137
8.6.5.3 Dos conciliadores e mediadores	140
8.6.5.4 Partes	142
8.6.6 Responsabilidade processual.....	145
8.7 Cumulação de partes: litisconsórcio.....	146
8.7.1 Classificação do litisconsórcio.....	146
8.7.1.1 Litisconsórcio ativo, passivo e misto	147
8.7.1.2 Litisconsórcio inicial e ulterior	147
8.7.1.3 Litisconsórcio facultativo e necessário	147
8.7.1.4 Litisconsórcio simples e unitário.....	150
8.7.2 Regime jurídico dos litisconsortes	151
CAPÍTULO 9 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	153
9.1 Conceito de terceiro.....	155
9.2 Fundamentos legitimadores da intervenção	155

9.3	As modalidades de intervenção de terceiro	155
9.4	As espécies de intervenção	155
9.4.1	Assistência.....	155
9.4.1.1	Procedimento	156
9.4.1.2	Classificação.....	156
9.4.2	Denúnciação da lide	158
9.4.2.1	Procedimento	160
9.4.3	Chamamento ao processo.....	161
9.4.3.1	Procedimento	162
9.4.4	<i>Amicus curiae</i>	163
9.4.5	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	164
CAPÍTULO 10 – ADVOCACIA		167
10.1	O advogado.....	169
10.1.1	Honorários advocatícios.....	171
10.1.1.1	Honorários recursais.....	172
10.2	Advocacia Pública.....	174
CAPÍTULO 11 – MINISTÉRIO PÚBLICO		177
11.1	Introdução	179
11.2	Princípios institucionais.....	180
11.3	Formas de atuação do Ministério Público.....	181
CAPÍTULO 12 – DEFENSORIA.....		185
12.1	Introdução.....	187
12.2	A organização da Defensoria	188
12.3	Garantias e prerrogativas.....	189
12.4	Dos deveres, proibições e impedimentos.....	190
CAPÍTULO 13 – ATOS PROCESSUAIS		193
13.1	Introdução.....	195
13.2	Os diferentes planos dos atos processuais	196
13.3	Classificação dos atos processuais	197
13.3.1	Atos praticados pelas partes.....	197
13.3.2	Atos praticados pelo juiz.....	198
13.4	Tempo e lugar dos atos processuais.....	200
13.5	Forma dos atos processuais	202
13.6	Negócio jurídico processual.....	203
13.7	Prática eletrônica de atos processuais.....	204
13.8	Comunicação dos atos processuais	206
13.8.1	Comunicação entre juízos.....	206
13.8.1.1	Carta de ordem.....	206
13.8.1.2	Carta rogatória.....	206

13.8.1.3	Carta precatória.....	207
13.8.1.4	Carta arbitral.....	207
13.8.2	Comunicação entre o juízo e as partes.....	207
13.8.2.1	Citação.....	208
13.8.2.2	Intimação	213
CAPÍTULO 14 - A TEORIA DAS NULIDADES PROCESSUAIS.....		215
CAPÍTULO 15 - PRAZO.....		223
15.1	Conceito	225
15.2	Suspensão e interrupção.....	226
15.3	Classificação.....	227
CAPÍTULO 16 - COGNIÇÃO JUDICIAL		229
16.1	Conceito de cognição.....	231
16.2	Objeto da cognição judicial.....	232
16.3	Espécies de cognição judicial	234
CAPÍTULO 17 - FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO ...		237
17.1	Formação do processo.....	239
17.2	Estabilização da demanda.....	240
17.3	Suspensão do processo	240
17.4	Extinção do processo.....	244
CAPÍTULO 18 - PROCEDIMENTO COMUM.....		249
18.1	Considerações gerais.....	251
18.2	Petição inicial	252
18.2.1	Cumulação de pedidos.....	255
18.2.2	Indeferimento da petição inicial.....	260
18.2.3	Improcedência liminar do pedido.....	261
18.3	Audiência de conciliação e mediação.....	263
18.4	Resposta do réu	264
18.4.1	Contestação.....	265
18.4.2	Revelia.....	269
18.4.3	Reconvenção	270
18.4.4	Impugnação do valor da causa	272
18.5	Providências preliminares	274
18.5.1	Réplica	274
18.5.2	Não incidência dos efeitos da revelia	275
18.5.3	Das alegações do réu	275
18.6	Julgamento conforme o estado do processo.....	276
18.6.1	Julgamento antecipado do mérito	277
18.6.2	Saneamento e organização do processo	278
18.7	Audiência de instrução e julgamento	280

CAPÍTULO 19 – TEORIA GERAL DA PROVA	285
19.1 Prova, verdade e consenso.....	287
19.2 Prova e consenso	291
19.3 Um conceito de prova	296
19.4 Objeto da prova.....	297
19.5 Ônus da prova.....	299
19.6 Poderes instrutórios	300
19.7 Destinatários da prova.....	302
19.8 Sistemas de valoração da prova	302
19.9 Procedimento probatório	305
19.10 Produção antecipada de prova.....	308
19.11 Prova emprestada.....	308
CAPÍTULO 20 – PROVAS EM ESPÉCIE.....	311
20.1 Depoimento da parte.....	313
20.2 Confissão	314
20.2.1 Ineficácia da confissão	315
20.2.2 Confissão e reconhecimento da procedência do pedido	316
20.3 Prova documental.....	316
20.3.1 Classificação dos documentos.....	318
20.4 Exibição de documento ou coisa.....	319
20.4.1 Procedimento da exibição.....	320
20.5 Prova testemunhal	321
20.6 Prova pericial.....	324
20.7 Inspeção judicial	327
20.8 Ata notarial	328
CAPÍTULO 21 – DECISÃO JUDICIAL	329
21.1 Pronunciamentos judiciais	331
21.2 A decisão como norma jurídica individualizada.....	331
21.3 Decisões provisórias e decisões definitivas.....	333
21.4 Interpretação da decisão judicial.....	334
21.5 Capítulos de sentença	335
21.6 Elementos da decisão judicial	336
21.6.1 Relatório	336
21.6.2 Fundamentação	336
21.6.3 Dispositivo	340
21.7 Classificação das decisões judiciais	341
21.7.1 Decisões terminativas	341
21.7.2 Decisões definitivas	343
21.8 Publicação, retratação e integração	343
21.9 Sentença.....	344

21.9.1	Classificação das sentenças de procedência: conteúdo e efeito.....	345
21.9.1.1	Meramente declaratória.....	346
21.9.1.2	Constitutiva	347
21.9.1.3	Condenatória.....	348
21.10	Hipoteca judiciária	351
21.11	Remessa necessária.....	351
CAPÍTULO 22 – TUTELAS PROVISÓRIAS.....		355
22.1	Introdução.....	357
22.2	Tutelas provisórias: considerações gerais.....	358
22.3	Motivação e urgência.....	359
22.4	Competência.....	360
22.5	Efeitos	360
22.6	Responsabilidade.....	361
22.7	Tutela de urgência	362
22.7.1	Tutela cautelar	363
22.7.1.1	Tutela cautelar antecedente e incidente: procedimento	364
22.7.2	Tutela antecipada.....	366
22.7.2.1	Tutela antecipada antecedente e incidente: procedimento.....	367
22.8	Estabilização da tutela.....	368
22.8.1	Desconstituição dos efeitos da estabilização	370
22.9	Tutela de evidência.....	371
CAPÍTULO 23 – COISA JULGADA.....		375
23.1	Introdução.....	377
23.2	Classificação: formal e material	377
23.3	Limites objetivos da coisa julgada.....	378
23.4	Limites subjetivos da coisa julgada.....	380
23.5	Coisa julgada nas sentenças determinativas.....	381
CAPÍTULO 24 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....		383
24.1	Introdução.....	385
24.2	Técnicas de especialização do procedimento	386
24.3	A escolha do procedimento: construção, erro e correção	388
24.4	O caráter subsidiário do procedimento comum.....	389
24.5	O papel da tradição no emprego do procedimento	389
CAPÍTULO 25 – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....		391
25.1	Introdução.....	393
25.2	Natureza do procedimento de consignação.....	393

25.3	Requisitos de admissibilidade.....	394
25.3.1	Liquidez.....	394
25.3.2	Legitimidade.....	395
25.3.3	Objeto.....	395
25.4	Consignação extrajudicial.....	396
25.4.1	Objeto.....	396
25.4.2	Procedimento.....	397
25.4.3	Natureza da decisão.....	397
25.5	Consignação judicial.....	398
25.5.1	Procedimento.....	398
25.5.2	Cumulação de pedidos.....	400
25.5.3	Natureza da decisão.....	401
25.6	Consignação em caso de dúvida quanto à legitimidade passiva.....	401
25.7	Resgate de enfiteuse.....	403
25.8	Consignação dos aluguéis e seus acessórios.....	403
CAPÍTULO 26 – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....		407
26.1	Introdução.....	409
26.2	Natureza da ação de exigir contas.....	409
26.3	Requisitos de admissibilidade.....	410
26.3.1	Legitimidade.....	410
26.3.2	Interesse de agir.....	411
26.4	Prestação de contas dos administradores judiciais.....	411
26.5	Procedimento.....	412
26.5.1	Primeira fase.....	414
26.5.2	Segunda fase.....	415
CAPÍTULO 27 – AÇÕES POSSESSÓRIAS.....		417
27.1	Introdução.....	419
27.2	A tutela possessória.....	420
27.3	Os efeitos jurídicos do tempo na posse.....	422
27.4	Natureza do procedimento de tutela da posse.....	422
27.5	Requisitos de admissibilidade.....	423
27.6	Legitimidade.....	425
27.7	Interesse de agir.....	426
27.8	Reintegração.....	426
27.9	Manutenção.....	426
27.10	Proibição.....	426
27.11	Fungibilidade.....	427
27.12	Procedimento: força nova e força velha.....	427
27.13	Procedimento das ações possessórias.....	428
27.13.1	Petição inicial.....	428
27.13.2	Cumulação de pedidos.....	429

27.13.3	Citação.....	429
27.13.4	Medida liminar	430
27.13.5	Sentença.....	431
27.14	Interdito proibitório	432
CAPÍTULO 28 – AÇÃO DE DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS		
	PARTICULARES.....	435
28.1	Introdução.....	437
28.2	Requisitos de admissibilidade.....	438
28.2.1	Legitimidade	438
28.3	Procedimento da ação demarcatória.....	440
28.3.1	Petição inicial.....	440
28.3.2	Citação.....	440
28.3.3	Contestação.....	441
28.3.4	Prova pericial	441
28.3.5	Sentença.....	442
28.3.6	Fase executiva.....	443
28.4	Procedimento da ação divisória.....	444
28.4.1	Petição inicial.....	444
28.4.2	Citação.....	445
28.4.3	Contestação.....	445
28.4.4	Sentença.....	446
28.4.5	Prova pericial	446
28.4.6	Fase executiva.....	447
CAPÍTULO 29 – AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE		
29.1	Introdução.....	451
29.2	Requisitos de admissibilidade.....	452
29.2.1	Legitimidade	452
29.2.2	Interesse de agir.....	452
29.3	Procedimento.....	454
29.3.1	Petição inicial.....	454
29.3.2	Citação.....	454
29.3.3	Contestação.....	455
29.3.4	Sentença.....	455
29.4	Apuração dos haveres	456
CAPÍTULO 30 – INVENTÁRIO E PARTILHA		
30.1	Introdução.....	461
30.2	Natureza jurídica.....	461
30.3	Inventário negativo.....	462
30.4	Requisitos de admissibilidade.....	463
30.4.1	Legitimidade	463

30.4.2	Interesse de agir.....	464
30.5	Questões de alta indagação.....	464
30.6	Inventário e partilha pela via administrativa.....	465
30.6.1	Requisitos para a eleição da via administrativa.....	466
30.6.2	Regulamentação do CNJ.....	467
30.6.3	Execução da partilha.....	468
30.7	Inventário e partilha judicial.....	469
30.7.1	Competência e universalidade do foro.....	469
30.7.2	Administração da herança.....	470
30.7.3	Inventariante.....	470
30.7.4	Procedimento.....	472
30.7.4.1	Petição inicial.....	472
30.7.4.2	Citação e impugnação das primeiras declarações.....	473
30.7.4.3	Avaliação e cálculo do imposto.....	474
30.7.4.4	Colações.....	475
30.7.4.5	Pagamento das dívidas.....	476
30.8	Partilha.....	477
30.8.1	Formal de partilha.....	478
30.9	Sobrepilha.....	479
30.10	Inventário conjunto.....	479
30.11	Arrolamento.....	479
30.12	Arrolamento sumário.....	480
CAPÍTULO 31 - EMBARGOS DE TERCEIRO.....		481
31.1	Introdução.....	483
31.2	Requisitos de admissibilidade.....	483
31.2.1	Objeto.....	483
31.2.2	Legitimidade.....	484
31.2.2.1	Embargos de terceiro do cônjuge ou companheiro....	484
31.2.2.2	Embargos de terceiro na fraude à execução.....	485
31.2.2.3	Embargos de terceiro na penhora de bens do sócio.....	485
31.2.2.4	Embargos de terceiro na garantia real.....	486
31.2.2.5	Legitimidade passiva.....	486
31.2.3	Interesse de agir.....	486
31.3	Procedimento.....	487
31.3.1	Competência.....	487
31.3.2	Prazo.....	488
31.3.3	Petição inicial.....	488
31.3.4	Citação.....	488
31.3.5	Resposta do réu.....	489
31.3.6	Sentença.....	489

CAPÍTULO 32 – OPOSIÇÃO	491
32.1 Introdução.....	493
32.2 Requisitos de admissibilidade.....	493
32.2.1 Legitimidade	494
32.2.2 Interesse de agir.....	494
32.3 Procedimento.....	494
CAPÍTULO 33 – DA HABILITAÇÃO	497
33.1 Introdução.....	499
33.2 Requisitos de admissibilidade.....	499
33.2.1 Legitimidade	499
33.2.2 Interesse de agir.....	500
33.3 Procedimento.....	500
CAPÍTULO 34 – DAS AÇÕES DE FAMÍLIA	501
34.1 Introdução.....	503
34.2 Requisitos de admissibilidade.....	503
34.2.1 Legitimidade	503
34.2.2 Interesse de agir.....	504
34.3 Procedimento.....	505
CAPÍTULO 35 – AÇÃO MONITÓRIA	507
35.1 Introdução.....	509
35.2 Requisitos de admissibilidade.....	510
35.2.1 Interesse de agir	510
35.2.2 Legitimidade	511
35.3 Procedimento.....	512
35.3.1 Decisão	512
35.3.2 Embargos.....	513
CAPÍTULO 36 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VO- LUNTÁRIA	515
36.1 Introdução.....	517
36.2 Características.....	517
36.3 Requisitos	518
36.3.1 Interesse de agir.....	518
36.3.2 Legitimidade	519
36.4 Disposições gerais	519
36.4.1 Procedimento comum	519
CAPÍTULO 37 – EXECUÇÃO – PARTE GERAL.....	521
37.1 Introdução.....	523
37.2 Princípios da execução	525

37.3	Competência.....	527
37.4	Requisitos	528
37.4.1	Legitimidade.....	528
37.4.2	Interesse de agir: necessidade e adequação.....	529
37.5	Responsabilidade patrimonial.....	530
37.6	Bens sujeitos à responsabilidade patrimonial.....	531
37.7	Alienações fraudulentas.....	533
37.8	Liquidação de sentença.....	537
CAPÍTULO 38 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....		543
38.1	Introdução.....	545
38.2	Cumprimento de sentença condenatória no pagamento de quantia certa contra devedor solvente	546
38.3	Do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	549
38.4	Cumprimento de sentença condenatória contra a Fazenda Pública...	550
38.5	Cumprimento de sentença condenatória no pagamento de pensão alimentícia.....	551
38.6	Cumprimento de sentença que condena no cumprimento das obrigações de fazer, não fazer ou entregar coisa.....	553
CAPÍTULO 39 – PROCESSO DE EXECUÇÃO.....		555
39.1	Introdução.....	557
39.2	Processo de execução para entregar coisa certa.....	558
39.3	Processo de execução para entregar coisa incerta	559
39.4	Processo de execução para obrigação de fazer e não fazer.....	560
39.5	Processo de execução para entregar quantia certa contra devedor solvente.....	562
39.5.1	Petição inicial.....	563
39.5.2	Citação e arresto.....	563
39.5.3	Penhora	564
39.5.4	Modificação da penhora.....	567
39.5.5	Depositário.....	568
39.5.6	Avaliação	569
39.5.7	Expropriações dos bens.....	569
39.5.7.1	Adjudicação	570
39.5.7.2	Alienação.....	571
39.5.7.3	Apropriação de frutos e rendimentos de móvel ou imóvel	574
39.5.8	Satisfação do crédito.....	575
39.5.9	Execução contra a Fazenda Pública.....	575
39.5.10	Execução de alimentos	576
CAPÍTULO 40 – DEFESAS DO EXECUTADO.....		577
40.1	Introdução.....	579

40.2	Impugnação	579
40.3	Embargos	584
40.4	Exceções de pré-executividade	588
CAPÍTULO 41 – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO		591
41.1	Suspensão	593
41.2	Extinção	594
CAPÍTULO 42 – PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS		597
42.1	Introdução	599
42.2	Jurisprudência	599
42.3	Precedentes vinculantes	600
42.4	Ordem dos processos no tribunal	601
42.5	Atribuições do relator	602
42.6	Incidente de assunção de competência	603
42.7	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	604
42.8	Conflito de competência	606
42.9	Homologação de decisão estrangeira e a concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	607
42.10	Ação rescisória	609
42.10.1	Legitimidade	610
42.10.2	Interesse de agir	612
42.10.3	Competência	612
42.10.4	Cabimento	613
42.10.5	Procedimento	620
42.11	Incidente de resolução de demandas repetitivas	623
42.11.1	Requisitos	624
42.11.2	Legitimidade	625
42.11.3	Procedimento	625
42.12	Reclamação constitucional	627
42.12.1	Introdução	627
42.12.2	Natureza jurídica	628
42.12.3	Legitimidade	628
42.12.4	Interesse de agir	629
42.12.5	Procedimento	629
CAPÍTULO 43 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS		631
43.1	Introdução	633
43.2	Natureza jurídica	633
43.3	Legitimidade	634
43.4	Interesse recursal	635
43.5	Objeto	636

43.6	Finalidades	636
43.7	Preclusão e coisa julgada.....	637
43.8	Pedido recursal.....	638
43.9	Efeitos dos recursos.....	638
43.10	Juízo de admissibilidade.....	640
43.11	Classificação.....	641
43.12	Requisitos intrínsecos	641
43.13	Requisitos extrínsecos.....	642
43.14	Juízo de mérito.....	645
43.15	Princípios recursais	645
43.16	Recurso adesivo.....	647
CAPÍTULO 44 - RECURSOS EM ESPÉCIE.....		651
44.1	Apelação	653
44.2	Agravo de instrumento.....	656
44.3	Agravo interno	662
44.4	Embargos de declaração.....	663
44.5	Recurso ordinário constitucional.....	668
44.6	Recursos excepcionais.....	670
44.7	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	675
44.8	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	676
44.8.1	Repercussão geral como requisito específico de admissibilidade do recurso extraordinário	678
44.9	Recursos especiais e extraordinários repetitivos.....	679
44.10	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	681
44.11	Embargos de divergência	682
BIBLIOGRAFIA		685